

## **GARANTINDO ELEIÇÕES TRANSPARENTES E INDEPENDENTES NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

Com o fim de promover e fortalecer os direitos humanos nas Américas, um Painel de cinco especialistas independentes fará um monitoramento da próxima eleição dos novos integrantes dos órgãos de proteção do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

O Painel Independente para a Eleição dos/as Comissários/as e Juízes/as Interamericanos/as foi criado em vista do processo que ocorrerá no próximo mês de junho, quando serão eleitos quatro Comissários/as para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e quatro Juízes/as para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) elegerão oito integrantes para os referidos cargos – mais da metade da composição de cada órgão – durante sua 45ª Assembléia Geral a realizar-se nos dias 15 e 16 de junho em Washington D.C. O resultado dessa eleição terá um claro impacto na conformação e, por tanto, identidade da Comissão e da Corte ao longo dos próximos anos.

O Painel se compõe de cinco juristas de reconhecido prestígio na comunidade dos direitos humanos – Marion Bethel (Bahamas), Belisário dos Santos Jr. (Brasil), Cecilia Medina (Chile), Juan Méndez (Argentina) e Naomi Roht-Arriaza (Estados Unidos). A iniciativa buscar dar maior transparência e visibilidade ao processo de eleições e permitirá uma avaliação independente sobre as 11 candidaturas para os oito cargos que serão renovados. Ademais, fará recomendações sobre como se deve melhorar os processos de postulação de candidatos em âmbito nacional e de eleição em âmbito internacional, com o propósito de fortalecer o Sistema Interamericano.

O Painel Interamericano foi criado como uma entidade independente, tendo sido convocado pela Open Society Justice Initiative, com o respaldo de várias organizações da sociedade civil, universidades e ordens dos advogados de toda a região (vide lista atual abaixo). Apesar de que essas organizações possuem diversas opiniões sobre os/as candidatos/as individuais, bem como sobre o processo de eleição que podem inclusive diferir com a avaliação final do Painel, todas estão comprometidas com o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

A constituição do Painel baseia-se em uma experiência similar e profícua que buscou assegurar a transparência e independência na eleição dos Juízes e Juízas do Tribunal Penal Internacional (TPI). Tal iniciativa foi promovida inicialmente pela Coalizão para o TPI, dando origem à criação de um Painel Independente para as Eleições Judiciais do TPI em 2010, ajudando assim a preencher um vazio no processo de eleição e colaborando para uma avaliação adequada, imparcial e independente das candidaturas. O trabalho deste Grupo permitiu, finalmente, que em 2012 fosse formalizado um Comitê Assessor para as candidaturas do Tribunal Penal Internacional.

O novo Painel Independente Interamericano entregará um relatório final ao Secretário Geral e ao Conselho Permanente, ambos da OEA, assim como ao público em geral, no fim de maio.

## **Organizações que apoiam a iniciativa**

### **Argentina**

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)  
Facultad de Derecho de la Universidad de Palermo

### **Bahamas**

The Bahamas Crisis Center

### **Bolivia**

Comunidad de Derechos Humanos  
Oficina Jurídica para la Mujer

### **Brasil**

Justiça Global

### **Chile**

Centro de Derechos Humanos de la Universidad Diego Portales  
Corporación Humanas - Chile  
Observatorio Ciudadano de Chile

### **Colombia**

Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad (Dejusticia)  
Corporación Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo (CCAJAR)  
Corporación Humanas - Colombia

### **Costa Rica**

Asociación Costarricense de la Judicatura  
Centro de investigación y Promoción para América Central de Derechos Humanos (CIPACDH)  
Centro Internacional para los Derechos Humanos de los Migrantes (CIDEHUM)  
Defensa de Niñas y Niños - Internacional (DNI)

### **Ecuador**

Comisión Ecuménica de Derechos Humanos  
Corporación Humanas - Ecuador

### **El Salvador**

Agrupación Ciudadana por la Despenalización del Aborto Terapéutico, Ético y Eugenésico  
Colectiva de Mujeres para el desarrollo Local  
Grupo de Monitoreo Independiente de El Salvador (GMIES)  
Red Salvadoreña de Defensoras de Derechos Humanos

### **Guatemala**

Asociación para el Estudio y Promoción de la Seguridad en Democracia (SEDEM)  
Fundación Myrna Mack  
Grupo Guatemalteco de Mujeres (GGM)  
Red de la No Violencia contra las mujeres (REDNOVI)  
Unidad de Protección a Defensoras y Defensores de Derechos Humanos (UDEFEQUA)

## **Honduras**

Asociación de Jueces por la Democracia (AJD)

Comité de Familiares de Detenidos y Desaparecidos en Honduras (COFADEH)

Equipo de Reflexión Investigación y Comunicación (ERIC-SJ)

## **Jamaica**

Caribbean Vulnerable Communities Coalition (CVC)

## **México**

Centro de Derechos Humanos de las Mujeres (CEDEHM)

Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez AC (Centro Prodh)

Ciudadanos en Apoyo a los Derechos Humanos, A.C. (CADHAC)

Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de Derechos Humanos (CMDPDH)

Fundación para la Justicia y el Estado Democrático de Derecho

FUNDAR Centro de Análisis e Investigación

Grupo de Información en Reproducción Elegida (GIRE)

Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM (IIJ-UNAM)

## **Nicaragua**

Centro Nicaraguense de Derechos Humanos (CENIDH)

Centro por la Justicia y Derechos Humanos de la Costa Atlántica de Nicaragua

IPAS Centroamérica

Movimiento Autónomo de Mujeres (MAM)

## **Panamá**

Alianza Ciudadana Pro Justicia

## **Perú**

Asociación Pro Derechos Humanos (APRODEH)

Coordinadora Nacional de Derechos Humanos (CNDDHH)

Instituto de Defensa Legal (IDL)

## **Puerto Rico**

Instituto Caribeño de Derechos Humanos (ICADH)

## **República Dominicana**

Participación Ciudadana

Colectiva Mujer y Salud

## **United States**

Center for Human Rights, American University Washington College of Law

The Columbia Law School Human Rights Institute

Santa Clara University, School of Law, International Human Rights Clinic

## **Uruguay**

Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay (IELSUR),

## **Venezuela**

Centro de Derechos Humanos de la Universidad Católica Andrés Bello (UCAB)  
Comité de Familiares de Víctimas de los Sucesos de Febrero-Marzo de 1989 (COFAVIC)  
Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos (PROVEA)

## **Regional**

Amnistía Internacional  
Articulación Regional Feminista por los derechos humanos y la justicia de género  
Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA)  
Asociadas por lo Justo (JASS-Mesoamérica)  
Center for Justice and International Law (CEJIL)  
Coalición Centroamérica Democrática (CAD)  
Due Process of Law Foundation (DPLF)  
Open Society Justice Initiative (OSJI)  
Red Latinoamericana y del Caribe para la Democracia  
Robert F. Kennedy Human Rights

## **PAINEL INDEPENDENTE PARA A ELEIÇÃO DOS/AS COMISSÁRIOS/AS E JUÍZES/AS INTERAMERICANOS/AS**

**Marion Bethel** estudou Direito na Universidade de Cambridge. Desde 1985 pertence à Ordem dos Advogados da Inglaterra e do País de Gales e desde 1986 à Ordem dos Advogados de Bahamas. Inicialmente, trabalhou na Controladoria Geral de Bahamas, onde atuou em tribunais penais e civis, tendo trabalhado posteriormente em escritórios de advocacia privados. Desde os anos oitenta a senhora Bethel participou ativamente no movimento de mulheres de Bahamas e Caribe. Seu trabalho em direitos humanos se enfoca principalmente em áreas de igualdade de gênero, direitos reprodutivos, eliminação da violência contra as mulheres e abolição da pena de morte. Em 1992, integrou do Grupo de Expertos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos criado para redigir um regulamento modelo de prevenção e erradicação da violência contra a mulher. Em 2012 a senhora Bethel elaborou um documentário chamado “Formas de Mulher: Liberdade, Direitos Humanos e Democracia, o Movimento para o Sufrágio das Mulheres em Bahamas 1948-1962”, o qual narra a trajetória à emancipação das mulheres e mostra a contribuição do movimento de direitos civis em geral, ao movimento por um governo de maioria e aos movimentos independentistas em Bahamas. Em julho de 2014 a senhora Bethel foi premiada pelo CARICOM com o décimo primeiro Prêmio Trienal para a Mulher, em vista da sua contribuição no âmbito de gênero e desenvolvimento.

**Belisário dos Santos Jr.** Advogado de presos e perseguidos políticos no período da ditadura militar. Foi Presidente da Associação de Advogados Latino-americanos pela Defesa dos DDHH. É Vice-Presidente da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil/SP. É membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Integra a Comissão de Estado para Investigação de casos de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. É membro do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa para El Salvador. Foi Secretário de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo (1995/2000). É membro brasileiro da Comissão Internacional de Juristas. Preside o Conselho Curador da TV Cultura, televisão pública referência no Brasil. Realizou inúmeras missões de investigação da situação de direitos humanos, a pedido de entidades de juristas e de direitos humanos. Autor de trabalhos e conferências em temas de DDHH.

**Cecilia Medina Quiroga** se graduou pela Faculdade de Direito da Universidade do Chile (1958) e obteve o grau de Doutora em Direito pela Universidade de Utrecht, Holanda (1988). Lecionou na Universidade do Chile, na Universidade Diego Portales e em várias universidades europeias e dos Estados Unidos. É fundadora e ex-Diretora do Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade do Chile. Foi nomeada professora da cátedra Robert F. Kennedy para distinguidos latino-americanos, na Faculdade de Direito de Harvard (1997). Foi integrante (1995-2002) e Presidenta (1999-2001) do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas e Juíza (2004-2007) e Presidenta (2008-2009) da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Participou em uma comissão de cinco pessoas – o Painel Independente para a Eleição Judicial do Tribunal Penal Internacional (TPI) – que tinha o propósito de avaliar os antecedentes dos candidatos e candidatas ao TPI à luz dos requisitos do Estatuto de Roma e marcar um precedente para as eleições que seriam realizadas para este Tribunal posteriormente. Foi premiada, pelo seu distinguido trabalho em direitos humanos, com o grau de Comendadora da Ordem de Oranje Nassau pela coroa holandesa.

**Juan E. Méndez** é professor residente de Direitos Humanos na Washington College of Law da American University e desde novembro de 2010 é o Relator Especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, inumanas ou degradantes. Em 2009 e 2010 foi Assessor Especial para a Prevenção de Delitos da Promotoria do Tribunal Penal Internacional. Entre 2010 e 2011 foi também Co-presidente do Instituto de Direitos Humanos da Ordem de Advogados Internacional (IBA). Até maio de 2009, foi Presidente do Centro Internacional para a Justiça de Transição (ICTJ) e no verão de 2009 foi professor residente da Fundação Ford em Nova Iorque. Paralelamente às suas funções no ICTJ, o Dr. Kofi Annan nomeou o senhor Méndez como Assessor Especial para a Prevenção do Genocídio, tarefa efetuada entre 2004 e 2007. O senhor Méndez integrou (de 2000 a 2003) e presidiu (2002) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Possui nacionalidade argentina e é autor de várias publicações, entre elas, seu mais recente livro, *Tomando una Postura: La evolución de los Derechos Humanos*, em coautoria com Marjory Wentworth.

**Naomi Roht-Arriaza** é professora emérita de Direito da Universidade da Califórnia, Hastings College of the Law, em São Francisco. É autora de *El Efecto Pinochet: Justicia Transnacional en la Era de los Derechos Humanos* (2005) e *Impunidad y Derechos Humanos en el Derecho Internacional y la Práctica* (1995). É coeditora dos livros *Justicia Transicional en el siglo XXI: Más Allá de la Verdad versus la Justicia* (2006) e *El Sistema Jurídico Internacional: Casos and Materiales* (Fundación Prensa 2010, 2015) além de vários artigos sobre responsabilidade pela comissão de crimes internacionais, reparações e responsabilidade corporativa. É bacharel pela Universidade da Califórnia em Berkley e possui um mestrado pela Goldman School of Public Policy e o grau de bacharel em direito pela mesma universidade. Depois de se graduar pela Faculdade de Direito, trabalhou para o juiz James Browning do Tribunal de Alçada da Nona Seção Judiciária em São Francisco. Em 2011, foi bolsista do programa para a Democracia da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e em 2012 foi bolsista destacada Fulbright em Botswana. A senhora. Roht-Arriaza é Presidenta do Conselho Diretivo da Due Process of Law Foundation (DPLF) e assessora legal do Centro pela Justiça e Prestação de Contas.